Proposta de monitoramento de superfaturamento em notas de licitações

Gabriel Lino¹, João Baptista Cardia Neto¹

¹Faculdade de Tecnologia "Dep. Júlio Marcondes de Moura" - FATEC Garça Av. Presidente Vargas, 2331 Garça-SP, 17400-000

Abstract. This article aims to demonstrate and exemplify the workings and regulations of the governmental bidding process. At its end a way to deal with fraudulent payments, utilizing machine learning to it.

Resumo. Esse artigo tem como, principal proposta, esclarecer e demonstrar o funcionamento das normas para pagamento de serviços via licitação. No fim é proposto uma forma de aplicar aprendizado de máquina na detecção de possíveis fraudes.

1. Introdução

A administração pública realiza tarefas complexas e por isso carece de amparos direta mente relacionados à aquisição de bens e serviços terceirizados. Essa ajuda tem o nome de Licitação, pelo qual auxiliará na tomada de decisões onde o governo deve comprar e contratar serviços seguindo regras de lei, prosseguindo formalmente e posteriormente ocorrendo uma competição entre os interessados. A licitação é prevista na Constituição Federal e regulamentado pela Lei 8.666/93.

As licitações são realizadas pelo governo e suas unidades de administração pública onde seu planejamento do quê e como comprar, são divididos em três partes. A primeira parte é a área interna que observa, analisa e planeja como contratar e comprar, a segunda parte é a área externa onde se dá inicio á publicação dessa licitação, e por fim, a terceira parte é onde será feito o contrato e o envio das notas e, que parte á contratada executar e a administração verificar sua consumação.

Porém, mediante aos processos licitatórios existem meios e brechas no qual podem ocasionar casos em que malfeitores utilizariam dessas falhas para a prática de fraudes e roubos beneficiando membros de órgãos e empresas participantes. Nos processos licitatórios as fraudes mais comuns segundo um estudo realizado pelo Contas Abertas, são: o superfaturamento, direcionamento da licitação, ausência de informações ou inexistência pública no Diário Oficial, inexigibilidade de licitação, acordo prévio e a contratação de fundações e organizações não governamentais. (ONGs).

O governo brasileiro é um dos maiores corruptos do mundo atual, e muito dessas corrupções, fraudes e roubos são provenientes das licitações. Os gastos com corrupção chegam a ser de R\$ 200 bilhões por ano (ESTADÃO, 2015).

O presente trabalho visa propor um sistema que entenda e indique possíveis problemas com o pagamento de licitações mostrando um índice de possibilidades da ocorrência de fraudes.

2. Fundamentação Teórica

O presente trabalho traz a proposta de um projeto de detecção de fraudes, mais especifica- mente lidando com superfaturamento. Para isso é necessário definir os principais atuantes nesse sistema, as próximas seções descrevem cada um dos componentes do sistema.

2.1. Licitações

As licitações são instrumentos para garantir a observância constitucional da isonomia, faz isso por meio da seleção da proposta mais vantajosa e com o julgamento com base nos princípios básicos da legalidade, impessoalidade, moralidade, igualdade, publicidade, probidade administrativa (BRASIL, 1993).

Em BRASIL (1993) são definidas duas categorias para o processo licitatório, elas são:

- Concorrência: Modalidade para contratação de bens e serviços de qualquer valor. Ela se torna obrigatória com valores acima de R\$ 1,5 milhão (obras e serviços de engenharia) e R\$ 650 mil (demais casos) (LEGIS, 2016).
- Tomada de Preços: Modalidade para concorrentes ja cadastrados que atendem as condições exigidas até o terceiro dia antes das propostas (LEGIS, 2016).
- Convite: Modalidade onde são convidadas empresas (no mínimo três) interessadas para oferecerem seus preços na compra de produ-tos (BRASIL, 1993).
- Concurso: Modalidade onde, normalmente, é destinada ao trabalho envolvendo criação artística. Apesar de estar sujeita a todos os preceitos normais de uma licitação ela dispensa a concorrência (FONSECA, 2014).
- Leilão: Modalidade que é designada para alienação de bens móveis inservíveis ou legalmente apreendidos pela administração (FONSECA, 2014).
- Pregão: Modalidade que tem como objetivo principal dar maior transparência e reduzir custos em compras do governo. Sua ação ocorre por meio de disputa por propostas e lances realizados em Sessão Pública (FONSECA, 2014).

2.2. Crawler

Um *crawler* é um robô que percorre a internet normalmente com a função de indexar páginas WEB. Normalmente sua arquitetura é composta cinco componentes (HEYDON and NAJORK, 1999):

- Um componente responsável por armazenar uma lista de URLs que devem ser acessadas;
- Um componente que resolve o endereço de IP com base no nome dos hosts;
- Um componente que faz a requisição e o download de páginas utilizando o protocolo HTTP:
- Um componente que extrai os links de um documento HTML;
- Um componente que verifica se URL já foi visitada anteriormente ou não.

Se torna visível que existe a necessidade de uma implementação complexa para lidar com o problema. O sistema necessidade de um banco de dados para armazenar os links já visitados, além da necessidade da resolução de IPs com base nos domínios.

No presente trabalho a utilização de crawlers se dará por necessário para que exista busca e montagem de base para preços médios de produtos.

2.3. Aprendizado de Máquina

Aprendizado de máquina é uma área específica da inteligência artificial, ela é focada em desenvolver métodos computacionais que simule o aprendizado e a construção de sistemas que obtêm conhecimento de forma automática e individual (REZENDE, 2003).

Dentro das diferentes técnicas para aprendizado de máquina é possível dividir, principalmente, em aprendizado supervisionado e não supervisionado.

2.3.1. Aprendizado supervisionado

Segundo Russel and Norvig (2003), aprendizado supervisionado lida com problemas que possuam um conjunto de entradas com feedback das respostas corretas. Caso o problema demande respostas discretas então ele é conhecido como supervisionado, caso contrário é conhecido como não supervisionado.

2.4. Aprendizado não supervisionado

Segundo Russel and Norvig (2003), nesse tipo de aprendizado o agente não tem um tipo de feedback das respostas corretas mas, mesmo assim, ele consegue generalizar e aprender algum tipo de padrão apresentado na entrada.

Dentre os tipos de aprendizado não supervisionado o clustering é o mais famoso, nele é esperado que o algoritmo consiga agrupar dados de entrada que possuam certa similaridade.

3. Sistema proposto

O Sistema acompanha uma fase do Brasil onde os casos de fraudes e corrupções estão em foco, com base nos conhecimentos obtidos por meio de livros, artigos e pesquisas em geral, pode-se afirmar que sempre houve casos de fraudes em licitações, porém pouco desses casos quando são descobertos foram verdadeiramente punidos.

O intuito do projeto é desenvolver um sistema que utiliza recursos e aplicações para procurar a fraude especifica de superfaturamento em licitações, ou seja, o projeto procura os dados e valores da licitação, faz uma análise desses dados obtidos com as informações já contidas no banco de dados e, posteriormente, trazer resultados dizendo qual a probabilidade da licitação estar sendo superfaturada.

Para isso o sistema, inicialmente, utilizará um crawler varrendo a internet e montando uma base de dados com o preço médio dos produtos, isso será necessário para montar a base de pesquisa dizendo se os preços praticados na licitação estão dentro da realidade.

O próximo passo é realizar a análise dos itens de notas fiscais de licitações pagas e alimentar o sistema que, dirá qual a probabilidade de ocorrer o superfaturamento ou não.

4. Resultados

No desenvolvimento do projeto até então, constituiu-se em pesquisas exploratórias que envolveram o aprendizado de máquina supervisionado, a extração de dados junto com recursos, ferramentas e bibliotecas de programação, além de uma análise em livros, leis, editais e notas de licitações para um maior aprimoramento e entendimento do assunto abordado para novas análises posteriores.

A análise contextual desses dados acrescenta ao projeto uma base para que todas as informações sejam especificadas e analisadas com toda exatidão possível, além de promover com essa aplicação um índice mais detalhado da fraude localizada naquela determinada licitação.

5. Trabalhos futuros

Com os levantamentos dos dados sobre como ocorre os processos licitatórios mostram ainda existem muitas brechas a serem superadas. As fraudes em órgãos públicos são recorrentes e não possuem uma supervisão muito adequada para realmente verificar e punir quem faz o aproveitamento dessas falhas.

A aplicação do projeto pode auxiliar prefeituras e órgãos especializados em fraudes e licitações levando a sua execução na supervisão para identificar brechas e falhas como o superfaturamento em determinado edital ou nota fiscal.

Referências

Branco, M. (2014). Com pregão eletrônico, governo economizou R\$ 9,1 bilhões em 2013.

BRASIL. Presidência da República (1993). Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Disponível em: >

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8666cons.htm.< Acesso em: 15 jun. 2017

Estadão (2015). Corrupção desvia R\$ 200 bi, por ano, no Brasil, diz coordenador da lava jato.

Fonseca, A. S. (2014). Modalidades de licitação.

Heydon, A. and Najork, M. (1999). Mercator: A scalable, extensible web crawler. *World Wide Web*, 2(4):219–229.

Legis, T. (2016). Modalidades de licitação: concorrência.

Rezende, S. (2003). Sistemas inteligentes: fundamentos e aplicações. Manole.

Russell, S. J. and Norvig, P. (2003). *Artificial Intelligence: A Modern Approach*. Pearson Education, 2 edition.